

A ADOÇÃO VOLUNTÁRIA DAS IAS/IFRS PELAS EMPRESAS BRASILEIRAS LISTADAS NA BM&FBOVESPA ANALISADAS SOB A ÓTICA DA TEORIA INSTITUCIONAL

THE VOLUNTARY ADOPTION OF IAS/IFRS BY BRAZILIAN COMPANIES LISTED ON THE BM & FBOVESPA ANALYZED UNDER THE OPTICAL INSTITUTIONAL THEORY

Valnir Alberto Brandt¹

RESUMO: O escopo do presente trabalho é procurar trazer as razões que levaram as empresas a adotarem as IAS/IFRS antes do prazo previsto em Lei e analisar as causas sob o enfoque da teoria institucional. A pesquisa foi feita nas empresas listadas na BMF&FBOVESPA através de um questionário enviado a todas elas, obtendo-se ao final 123 respostas. Foram feitos testes estatísticos para saber se a amostra era representativa da população em dois quesitos, setor de atividades e tamanho e o resultado foi positivo. Constatou-se que 62,6% adotaram apenas em 2010 e 37,4% em período anterior. A maioria das empresas respondentes salientou que a adoção desse normativo se deu por motivos de pressões legais, o que vai ao encontro dos argumentos da teoria institucional. Das que adotaram em período anterior os testes revelam uma relação significativa (*p-values* inferiores a 5%) entre a adoção voluntária e a existência de cada um dos fatores referidos e encontrados na literatura e todos eles encontram respaldo na teoria institucional.

Palavras-chave: Divulgação voluntária; Teoria Institucional; IAS/IFRS.

ABSTRACT: The scope of this paper is to seek to explain the reasons that led companies to adopt IAS/IFRS before the deadline established in Law and to analyze the causes under the institutional theory approach. The survey was done in the companies listed on the BMF & FBOVESPA through a questionnaire sent to all of them, obtaining at the end 123 responses. Statistical tests were performed to determine if the sample was representative of the population in two questions, sector of activities and size and the result was positive. It was found that 62.6% only adopted in 2010 and 37.4% in previous period. Most respondents pointed out that the adoption of this legislation was due to legal pressures, which is in keeping with the arguments of institutional theory. Of those who adopted in the previous period the tests reveal a significant relation (*p-values* less than 5%) between voluntary adoption and the existence of each of the factors referred to and found in the literature and all of them find support in institutional theory.

1 INTRODUÇÃO

¹ Doutor em Contabilidade pela Universidade do Minho, Portugal. Mestre em Contabilidade e Controladoria pela FEA/USP. Docente do curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

Nas últimas décadas têm ocorrido transformações nas empresas e nas organizações que culminaram num processo de globalização da economia e, por consequência, das empresas em geral, com um rápido avanço tecnológico.

As questões que envolvem a divulgação das informações contábeis têm sido uma preocupação dos órgãos reguladores ao redor do mundo, inclusive no Brasil. No ano de 2008, o Brasil passou a adotar as *International Accounting Standards (IAS)/ International Financial Reporting Standards (IFRS)*, inclusive para empresas de médio e pequeno porte, trazendo juntamente uma série de indagações a respeito da adoção destas normas e sua forma de publicação. Coube a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) regulamentar a legislação para aplicação às companhias de capital aberto, que, através da Deliberação nº 647, de 02/12/2010, estabeleceu que as publicações realizadas já a partir de 31/12/2010 seguiriam as *IAS/IFRS*.

A Lei 11.638/07 teve sua vigência em 01/01/2008. Porém, dada a complexidade de alguns temas e pelo fato de as *IAS/IFRS* terem de ser traduzidas e adaptadas à legislação brasileira, a obrigatoriedade das demonstrações financeiras passou para 31/12/2010. No entanto, as empresas brasileiras poderiam ter elaborado as suas demonstrações financeiras com base nas *IAS/IFRS* em período anterior à entrada em vigência da nova Lei.

A mudança de uma estrutura ou procedimento, pode ter várias causas implícitas dentro deste processo. Procurar encontrar uma justificativa ou explicação nem sempre é uma tarefa simples. Neste contexto a teoria institucional tem sido utilizada por muitos pesquisadores para estudar o impacto das influências de vários segmentos, tais como os sociopolíticos, econômicos e tecnológicos, que exercem influências no ambiente no comportamento organizacional, e assim procurar compreender as razões de um processo de alteração.

Para identificar e caracterizar a adoção das *IAS/IFRS* no mercado empresarial brasileiro e as suas razões, se necessita de informações que não estão disponíveis nos relatórios financeiros publicados pelas empresas. Para a obtenção dos dados necessários recorreu-se à aplicação de um questionário que foi enviado por meio eletrônico para todas as empresas listadas na BM&FBovespa, no entanto, foram obtidas 123 respostas. No tratamento dos dados foram utilizadas técnicas estatísticas, com vistas à validação da hipótese de pesquisa e suas sub-hipóteses que se definem com base na revisão da literatura

O objetivo principal do presente estudo é o de averiguar o período que as empresas adotaram as normas *IAS/IFRS*, se foi no ano que se tornou obrigatória ou se adotaram em anos anteriores. Se em período anterior ao da entrada em vigência da nova Lei (2010) quais as razões subjacentes, e se tais razões encontram respaldo na teoria institucional.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: Na sequência apresenta-se o referencial teórico, tendo como base a adoção voluntária das *IAS/IFRS* e a teoria institucional. Depois foram abordados os aspectos metodológicos e as hipóteses da pesquisa. A análise dos dados coletados foram feitas em sequência. Por fim foram feitas as conclusões da pesquisa.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A adoção voluntária das *IAS/IFRS*

O desenvolvimento da estrutura formal de uma organização é influenciado pelo contexto inter organizacional, cujo ambiente é caracterizado por regras e exigências a que as organizações, de forma individual, devem estar de acordo.

A mudança de padrões de contabilidade ao redor do mundo tem levado as empresas a um grau de mudança e adaptação necessárias ao seu processo de continuidade. As regras e exigências a que as empresas estão sujeitas levam as empresas a ter de se adaptar a esse novo ambiente institucional.

A decisão de adotar as *IAS/IFRS* é um importante compromisso estratégico para as empresas, trazendo consigo um aumento na quantidade e qualidade das divulgações contábeis. Este compromisso é, por vezes, caro, por isso credível, e alivia as incertezas enfrentadas pelos credores em relação à qualidade da informação (Kim et al., 2011).

A adoção de normas de relato financeiro internacionais tornou-se uma tendência no mercado internacional de capitais. A União Europeia, Austrália, Singapura e Hong Kong têm adotado as *IAS/IFRS* desde o ano de 2005. Outros países, como o Canadá, a Coreia e o Japão estão se preparando para a transição em 2015 (Liao et al., 2013). No caso do Brasil a adoção obrigatória se deu a partir de 2010, com o advento da Lei 11.638/07 que alterou a Lei 6.404/76.

No entanto, a adoção das *IFRS* pode ser feita pelas empresas em períodos anteriores ao do exigido por lei. Muitos estudos têm sido feitos em empresas que

adotaram as *IAS/IFRS* com antecedência. Dada a sua predominância, as empresas alemãs têm sido estudadas com maior frequência. Com efeito, elas passaram a adotar esses padrões voluntariamente no final da década de 1990. No início de 2001, elas representavam 64% das empresas a usá-los na Europa (Sahut *et al.*, 2011). A predominância de empresas alemãs no cenário da divulgação voluntária das *IFRS* se dá pelo fato de que, o código comercial alemão, permitiu que as empresas adotassem as normas internacionais a partir do ano de 1998 (Watrin e Ullmann, 2012).

Hellman (2011) estudou a adoção voluntária das *IAS/IFRS* pelas empresas suecas, isto é, antes de 2005, tendo observado que um grande número de empresas publicara as demonstrações financeiras sob os dois regimes, o local e o das *IFRS*. O autor classificou a adoção das *IAS/IFRS* em período anterior pelas empresas suecas como *soft*. A adoção das *IAS/IFRS* antes de 2005 foi, segundo o autor, gradual, justificada pelo fato do mercado de capitais sueco estar atrasado e do conservadorismo existente no meio contábil local, pelo que uma mudança radical e abrupta seria inapropriada. Assim, uma transição mais lenta foi a forma encontrada como sendo a ideal.

Iatridis (2012) investigou um grupo de empresas no Reino Unido e constatou que a decisão de adoção das *IFRS*, no período pré-adoção obrigatória, foi conduzida pelas empresas tendo em vista seus objetivos financeiros e de gestão, nomeadamente as empresas que as adotaram tinham uma maior necessidade de financiamento do que as que não as adotaram. O autor constatou em seu estudo que a adoção voluntária das *IFRS* é bem vista pelo mercado, inclusive como medidas de modernidade por parte das empresas, mostrando que estão familiarizadas com a mudança regulatória. No entanto, o estudo sugere que as empresas tenderiam a adotar voluntariamente as *IFRS* quando é, sob o aspecto da gestão, benéfico para elas.

Além de reduzir a assimetria de informação, a adoção de um padrão traz consequências econômicas. Uma dessas consequências sugere que a qualidade da informação contábil poderia ser melhorada com a eliminação de métodos de contabilidade alternativos, uma vez que o lucro apurado é mais homogêneo entre as empresas (Soderstrom e Sun, 2007).

Soderstrom e Sun (2007) compararam o lucro das empresas que adotaram voluntariamente as *IFRS* com o das empresas que mantiveram os padrões

tradicionais e concluíram que itens importantes dos balanços foram mais favoráveis às empresas que adotaram as IFRS, tais como, lucro líquido e aumento no fluxo de caixa operacional. Os autores referem ainda que há eventos subsequentes importantes na adoção voluntária das IFRS, nomeadamente: as empresas veem o seu valor de mercado aumentado, por isso, muitas empresas têm adotado as IFRS em período anterior à emissão de ações, além de poderem emitir ações e títulos em diversos mercados.

Cuijpers e Buijink (2005, p.496) mencionam que “empresas que operam internacionalmente tem muito mais interesse em adotar as IFRS, especialmente pelo fato de seus investidores de capital estarem em diversos países”.

A adoção das IFRS pode também contribuir para uma redução no custo de captação de capital das empresas. Os credores estrangeiros estão mais familiarizados com as IFRS do que com padrões locais, o que torna relativamente mais fácil sua decisão de investimento, e que os bancos, como investidores de capital, também visualizam a adoção voluntária como um fator positivo para a concessão de empréstimos. (Kim et al. (2011).

Kim et al. (2011) examinaram um grupo de empresas em 40 países no período de 1997 a 2005 com objetivo de avaliar o custo de captação de empréstimos em instituições financeiras. O estudo demonstrou que os bancos cobram taxas de empréstimos mais baixas para as empresas que adotaram voluntariamente as IFRS em detrimento às que não adotaram. Por sua vez, Kim et al. (2013) realizaram investigação sobre a adoção voluntária das IFRS e o custo do capital próprio utilizando amostra de 34 países no período de 1998 a 2004. O estudo fornece evidências que esta adoção leva a um menor custo de capital próprio, independentemente da infraestrutura institucional do país, isto é, um mercado com maior ou menor grau de regulação.

A relação que envolve a adoção voluntária com a redução no custo de captação de capital não encontra, no entanto, unanimidade entre os investigadores. Daske et al. (2013) investigaram empresas em 30 países e constataram poucas evidências que tal decisão traga redução no custo de capital.

Barth et al. (2008) mencionam que muitas empresas procuram adotar voluntariamente as IFRS como consequência de outras decisões. Tais decisões estariam baseadas na exigência de que em período futuro sua utilização se torna

obrigatória. Neste caso o aumento na qualidade das informações financeiras se torna pouco visível.

As empresas procuram encontrar razões e incentivos para a adoção voluntária. Inicialmente os gestores avaliam se os custos de implantação são inferiores aos benefícios obtidos. Os benefícios tendem a ser maiores onde as demonstrações financeiras desempenham um papel mais forte na redução da assimetria de informação entre usuários internos e externos, como gestores, acionistas e credores (Hellman, 2011; Kim et al., 2011; Matonti e Iuliano, 2012).

Além dos aspetos, em sua maioria positivos, na adoção de novas práticas de contabilidade, especialmente no que tange a adoção das IFRS, pressões institucionais podem levar as empresas a adotarem um novo padrão contábil.

2.2 Teoria Institucional

A teoria institucional é uma forma de pensar sobre as estruturas organizacionais formais e da natureza dos processos historicamente fundamentadas, através do qual essas estruturas se desenvolvem. Uma instituição é uma ordem estabelecida compreendendo práticas sociais padronizados, delimitadas por regras. Para as organizações sobreviverem elas devem interagir com seu meio ambiente de formas percebidas como aceitáveis por seus vários elementos constituintes deste ambiente.

A teoria institucional tem sido utilizada por muitos pesquisadores por mais de três décadas para estudar o impacto das influências sociopolíticas, econômicas e tecnológicas exercidas pelo ambiente no comportamento organizacional (Weerakkody et al., 2009).

A institucionalização é um processo pelo qual os atores individuais transmitem o que é definido como real. Dessa forma, pode considerar-se que o processo pelo qual as ações são repetidas e assimiladas por todos os integrantes de uma determinada organização seja definido como institucionalização (Zucker, 1987).

O isomorfismo institucional representa o processo composto pelos mecanismos que encorajam a similaridade e a homogeneidade. Esses mecanismos isomórficos estão vinculados ao pilar do institucionalismo sugerido por DiMaggio e Powell (2005) que destacam, o isomorfismo normativo e mimético e coercitivo.

O isomorfismo normativo deriva da profissionalização, alimentado pela educação formal, por redes de profissionais, pela seleção de pessoal e pela existência de organizações centrais legitimadas, que exportam quadros e comportamentos. As organizações tendem a se homogeneizar pela força da precaução que os atores têm diante do ambiente. O isomorfismo normativo tem a característica de recomendação às organizações.

O isomorfismo mimético deriva da resposta à incerteza. Normalmente ocorre quando organizações tomam outras organizações como modelo. As práticas e os modelos implementados são percebidas pelas organizações como vantajosos, pois a sua adoção poupa esforços.

O isomorfismo coercitivo deriva do exercício do poder político, econômico e ideológico, resulta de pressões formais e informais, mais ou menos sutis, de organizações sobre organizações, sob a forma de coerção e persuasão. As organizações tendem a se homogeneizar pela imposição da força, pois os atores estão diante de sanções legais cabíveis.

Guerreiro et al. (2012) realizaram investigação em empresas portuguesas não cotadas em que utilizam uma perspectiva institucional para examinar a adoção voluntária das IFRS. Os autores argumentam que a teoria institucional pode dar uma boa resposta para a sua adoção, em resposta às pressões externas sofridas pelas empresas. No entanto, as empresas procuram buscar motivos ou razões para a adoção voluntária de novos padrões.

2.3 Razões para a adoção voluntária

As respostas das empresas podem ser simbólicas ou materiais, movidas pela eficiência ou pela legitimidade, e embora todas as organizações estejam limitadas pelo ambiente em que operam, há expectativas diferentes para diferentes tipos de organizações (Daske et al., 2013). Assim, diferentes razões são encontradas para justificar a adoção voluntária de uma nova prática contábil. Dentre elas podem mencionar-se:

a) Comparabilidade com as empresas internacionais e redução de custos.

As *IFRS* são um conjunto de normas de contabilidade de maior qualidade do que os *GAAP* domésticos. Além disso, permitem a comparabilidade transfronteiriça das demonstrações financeiras, que por sua vez reduz a capacidade das empresas em

distorcer e manipular os seus resultados (Haller *et al.*, 2009; Hellman, 2011; Iatridis, 2012).

A comparabilidade com empresas internacionais é um fator destacado na literatura (Arvidsson, 2011; Lock Lee e Guthrie, 2010). Numa economia globalizada, a necessidade de comparação com empresas internacionais se torna um fator importante para uma análise do posicionamento das empresas no mercado.

A redução de custos é mencionada também como justificativa por alguns autores (Abhayawansa, 2011; Parmar *et al.*, 2010), nomeadamente os custos com a consolidação. Kim *et al.* (2011) mencionam também que a adoção das IAS/IFRS traz às empresas uma redução no custo de captação de capital. Assim, é de esperar que as empresas que adotaram as *IFRS* em períodos anteriores aos previstos em Lei o fizeram com base nestas razões.

b) Necessidade de adotar as melhores práticas.

Mudanças inovadoras em práticas organizacionais vêm daquelas empresas que desenvolvem novas ideias e maneiras diferentes de fazer as coisas e que demonstram ser mais eficientes. As melhores práticas percebidas são implementadas por outras organizações dentro do campo organizacional e acabam por se tornar práticas institucionalizadas (Dillard *et al.*, 2004; Kim *et al.*, 2013).

A adoção de melhores práticas é mencionada como um fator de adoção de novas normas por Kang e Gray (2011). A adoção das melhores práticas poderá melhorar a imagem corporativa de uma organização e, mais importante, melhorar as suas relações com os vários utilizadores da informação, mostrando que a empresa está cumprindo com as expectativas sociais e normativas (Abhayawansa, 2011).

c) Usar as normas das empresas de sucesso.

As empresas de sucesso são aquelas que continuamente inovam, criam valor, tiram vantagens das novas tecnologias e utilizam as competências e know-how dos seus funcionários (Lerro e Schiuma, 2013). Dentro de um processo de institucionalização, as empresas podem se espelhar em outras que já demonstraram que a adoção de tais práticas é importante e traz resultados positivos (Kang e Gray, 2011; Zéghal e Maaloul, 2010).

A utilização por parte das empresas de normas que empresas bem-sucedidas adotam tem sido um fator estudado pelo recurso ao isomorfismo mimético. No

ambiente empresarial as empresas enfrentam incertezas e são suscetíveis de produzir um comportamento semelhante, imitando a decisão de outras empresas que demonstram terem tido um desempenho de sucesso (Yang e Hyland, 2012).

De uma maneira geral, a abordagem institucional das organizações toma por base a questão da sobrevivência da organização, via conformidade às normas sociais estabelecidas dos chamados comportamentos aceitáveis (Weerakkody *et al.*, 2009). Assim, a utilização de normas adotadas por empresas de sucesso pode ser um fator que estimule as empresas a adotar novas normas e uma reação simples e eficiente perante a incerteza (Gao, 2010).

d) Por indicação dos auditores.

Os auditores têm exercido um papel importante dentro dos ambientes organizacionais. A independência dos auditores pressupõe uma auditoria de melhor qualidade. Autores, tais como Barth *et al.* (2008); Daske *et al.* (2013); Dimitropoulos *et al.* (2013); Hellman (2011) defendem a ideia de que, se a empresa de auditoria for uma das Big four, a qualidade da auditoria tende a ser melhor e que as empresas têm maiores incentivos para que seus relatórios financeiros sejam mais transparentes e mais alta qualidade, fazendo com isso que as empresas sejam estimuladas a adotar voluntariamente novas procedimentos, como as IAS/IFRS.

A influência dos auditores tem sido abordada como um fator de estímulo à adoção de novas normas. Os auditores podem incentivar as empresas a melhorar a precisão, a qualidade e a credibilidade das informações (Brüggen *et al.*, 2009; Healy e Palepu, 2001; Sabri *et al.*, 2012)

As empresas, na sua dinâmica empresarial, procuram estabelecer critérios e padrões, tendo o maior foco no resultado do que em processos propriamente. A busca de novas práticas organizacionais vai para além do alcance dos interesses pessoais e políticos (Dillard *et al.*, 2004).

As empresas ao adotarem voluntariamente um novo padrão, neste caso as IAS/IFRS, avaliam os benefícios potenciais que essa adoção pode trazer, estando estes muitas vezes relacionados com as necessidades de informação do mercado de capitais de cada país (Hellman (2011).

3 METODOLOGIA E HIPÓTESES DE PESQUISA

3.1 Perspectiva Metodologia

Quanto aos objetivos a pesquisa caracteriza-se como descritiva, pois visa identificar a correlação entre hipóteses baseadas em premissas. Na concepção de Andrade (2002) a pesquisa descritiva tem como principal objetivo a observação dos fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los.

A abordagem do problema de pesquisa é quantitativa. Collins e Hussey (2005, p. 26) afirmam que “um método quantitativo envolve coletar e analisar dados numéricos e aplicar testes estatísticos. A pesquisa quantitativa traduz em números as opiniões e informações para serem classificadas e observadas”.

Os procedimentos de pesquisa são delineados pelo método de levantamento ou survey. Segundo Beuren (2006) este método se caracteriza pela interrogação das pessoas para se conhecer um determinado comportamento, onde procede-se a solicitação da informação para em seguida realizar um levantamento quantitativo.

A amostra em estudo é constituída pelas empresas listadas na BM&FBOVESPA e que responderam ao questionário enviado. O questionário foi enviado a todas as empresas, ao final obteve-se a resposta de 123. Com o objetivo de apurar se as conclusões contidas neste estudo podem ser aplicadas a todas as empresas listadas na BM&FBOVESPA, foi analisada a amostra, de modo a verificar se é representativa em relação ao setor de atividade econômica e também ao tamanho.

Relativamente ao setor de atividades, a BM&FBOVESPA classifica as empresas em dez segmentos de atividades. Assim, foi realizado o teste do Qui-Quadrado, que permite verificar se ocorre uma determinada distribuição de frequências nas várias categorias de uma variável qualitativa. Feitos os testes constatou-se que existe aderência entre a distribuição de setores de atividade econômica com a da população, não havendo diferenças entre a amostra e a população.

Adicionalmente foi testada a representatividade da amostra atendendo ao tamanho das empresas, concretamente ao logaritmo do faturamento com recurso ao Teste do Qui-Quadrado para as frequências. Conclui-se que as frequências esperadas (da população) não são significativamente diferentes das observadas (na amostra), pelo que há representatividade da amostra.

3.2 Hipóteses da pesquisa

Com vistas a obter os resultados da pesquisa, foi formulada uma hipótese com quatro sub-hipóteses, para serem testadas e ao final descritas.

H1: A adoção voluntária das IAS/IFRS está relacionada positivamente com:

H1a: A necessidade de comparabilidade com as empresas internacionais e redução de custos;

H1b: A necessidade de adotar melhores práticas;

H1c: Usar as normas de empresas de sucesso;

H1d: Por indicação dos auditores.

4 ANÁLISE DOS DADOS

De forma a analisar a eventual adoção voluntária da IAS/IFRS antes de 2010 e razões subjacentes, foi feita, inicialmente, às empresas a seguinte pergunta: “Em que ano começou a adotar as normas IAS/IFRS nas constas consolidadas?”

As respostas estão demonstradas na tabela 1.

Tabela 1. Ano de adoção das IAS/IFRS

| | Frequência | Porcentagem |
|--------------|------------|--------------|
| 2006 | 2 | 1,6 |
| 2007 | 11 | 8,9 |
| 2008 | 18 | 14,6 |
| 2009 | 15 | 12,2 |
| 2010 | 77 | 62,6 |
| Total | 123 | 100,0 |

Fonte: Dados da Pesquisa

Constata-se que 2010 foi o ano em que a adoção desta norma foi obrigatória, pelo que a adoção das IAS/IFRS foi adotada por 62,6% (n=77) e voluntária em 37,4% das empresas (n=46). Esta adoção teve lugar em 2006 em 1,6% (n=2) das situações, em 2007 em 8,9% (n=11), em 2008 em 14,6% (n=18), em 2009 em 12,2% (n=15) e em 2010 em 62,6% (n=77).

Na sequência, para o grupo de empresas que responderam que adotaram em período anterior (voluntária) correspondendo a 37,4% (n=46) foi feita a seguinte

pergunta: “Se adotou antes do período obrigatório previsto pela CVM (2010), quais foram as razões?”

A Tabela 2 sintetiza as respostas apresentadas, ou seja, as razões que levaram as empresas à adoção voluntária das IAS/IFRS.

Tabela 2. Razões para adoção voluntária da IAS 38

| | Frequência |
|---|------------|
| Comparabilidade com empresas internacionais e redução de custos | 20 |
| Adotar as melhores práticas | 23 |
| Usar normas das empresas de sucesso | 3 |
| Por indicação dos auditores | 26 |
| Outros | 0 |

Fonte: Dados da Pesquisa

A principal razão apontada para a adoção voluntária foi a indicação dos auditores (n=26), seguida do objetivo de adoção das melhores práticas (n=23) e a comparabilidade com as empresas internacionais e redução de custos (n=20). Apenas 3 empresas mencionaram terem adotado voluntariamente a IAS/IFRS para usarem as normas de empresas de sucesso.

Visando obter as respostas das hipóteses formuladas foi usado o Teste do *Qui-Quadrado*, uma vez que se trata de variáveis nominais, sendo o objetivo comparar a variação de uma variável em função da outra. A tabela 3 resume os resultados dos testes efetuados.

Tabela 3. Resultados dos testes para as razões da adoção voluntária

| | | Adoção voluntária | | X ² (valor p) |
|--|-----|-------------------|------|--------------------------|
| | | Sim | Não | |
| Necessidade de comparabilidade com empresas internacionais | Sim | 43,5% | 0% | 39,979 (<0,001) |
| | Não | 56,5% | 100% | |
| Necessidade de adotar melhores práticas | Sim | 50% | 0% | 47,355 (<0,001) |
| | Não | 50% | 100% | |
| Usar normas de empresas de sucesso | Sim | 6,5% | 0% | 5,147 (0,023) |
| | Não | 93,5% | 100% | |
| Por indicação dos auditores | Sim | 56,5% | 0% | 55,187 (<0,001) |
| | Não | 43,5% | 100% | |

Fonte: Dados da Pesquisa

A adoção voluntária (isto é, antes de 2010) apresenta associação significativa com a necessidade de comparabilidade com empresas internacionais, com a necessidade de adotar as melhores práticas, com o uso de normas de empresas de sucesso e por indicação de auditores. Este teste revela uma relação significativa (para *p-values* inferiores a 5%) entre a adoção voluntária e a existência de cada um dos fatores referidos, confirmando a hipótese 1 em todas as suas sub-hipóteses.

Ao analisar-se os resultados sob o enfoque da teoria institucional, constata-se uma forte influência de fatores externos ligados ao ambiente em que as empresas operam. Robey e Boudreau (1999) mencionam que as empresas operam num contexto social que exerce influência e regulação sobre elas e as empresas devem estar de acordo com as regras e os sistemas desse ambiente. Kingston e Caballero (2009) mencionam que o mundo que cerca as corporações é muito dinâmico, trazendo mudanças que requerem rápidas adaptações. Neste aspecto, o grupo de empresas brasileiras, que adotou antes de 2010, se mostrou preocupado e procurou seguir novos padrões.

Além do papel nas organizações, a contabilidade se relaciona com o ambiente na qual está inserida, tanto social quanto institucional. A adoção de novas normas e a institucionalização de novos padrões tem muito a ver com a visão dos gestores e da cultura organizacional.

Tal fato pode ser explicado pelo isomorfismo mimético que força um grupo de empresas a se parecerem com outras. Greenwood e Meyer (2008) mencionam que as organizações são estruturadas por algum fenômeno no seu meio ambiente e tendem a se tornar isomórficas a este ambiente.

Quando se trata de um procedimento facultativo, como a adoção de novas normas contábeis, nota-se que os procedimentos não são homogêneos. Swanson e Ramiller (1997) ressaltam que o motivo para esse fenômeno é que a adoção inicial de um novo padrão é fundamentada por fatores locais e pela escolha organizacional racional, e a partir daí é institucionalizada e tomada como certa.

A maior parte das empresas brasileiras, 62,6% optaram em adotar as normas a partir do momento em que elas se tornaram obrigatórias. Meyer e Rowan (1977) mencionam que as organizações tendem a incorporar práticas que estão institucionalizadas na sociedade e que este tipo de mudança tem mais a ver com a obtenção da legitimidade perante outras instituições e a sociedade do que para obter eficiência.

O isomorfismo coercitivo também pode-se constatar nas práticas de contabilidade societária no Brasil, em função do alto grau de regulamentação da contabilidade. A legislação tributária, a regulamentação de normas contábeis por meio de agências reguladoras faz com que as empresas adotem procedimentos iguais, nem sempre os melhores do ponto de vista da qualidade da informação.

Os auditores têm tido uma forte influência na adoção voluntária das *IAS/IFRS*. Tal fato pode ser compreendido pelo isomorfismo normativo. Dimaggio e Powell (1983) mencionam que a auditoria exerce uma forte influência devido ao seu alto grau de profissionalização e pode produzir mudanças organizacionais de forma normativa em que membros de uma classe profissional buscam estabelecer uma base de legitimação. O apoio da educação formal e da legitimação produzidos por especialistas faz com que novos modelos são mais rapidamente difundidos.

5 CONCLUSÕES

Com a adoção das *IAS/IFRS* para elaboração dos balanços consolidados, o Brasil passa a utilizar as normas internacionais obrigatoriamente no exercício de 2010. Antes de 2010, sua adoção se caracterizou como voluntária.

A maioria das empresas respondentes salientou que a adoção desse normativo se deu por motivos de pressões legais, ou seja, por se ter tornado obrigatória a sua adoção, o que vai ao encontro dos argumentos da teoria institucional. Nomeadamente as pressões exercidas pelo governo e órgãos reguladores compelem as organizações a se homogeneizar, levando ao isomorfismo coercitivo (Dimaggio e Powell, 1983).

No entanto, as empresas que adotaram as *IAS/IFRS* de forma voluntária validaram as razões apresentadas na literatura, ou seja, os seus objetivos foram: por indicação dos auditores, necessidade de adotar as melhores práticas, necessidade de comparabilidade com empresas internacionais, e usar normas de empresas de sucesso, suportados pelos conceitos de isomorfismo normativo e mimético (Dimaggio e Powell, 1983).

Os sistemas jurídicos e políticos podem afetar diretamente a qualidade da contabilidade de um país. Por serem baseadas em princípios ao invés da legislação pura e simples, a adoção das *IAS/IFRS* faz que com as empresas e os seus profissionais de contabilidade precisem se adaptar a esses princípios, e as

empresas de auditoria desenvolvam um papel muito importante neste contexto (Soderstrom e Sun, 2007).

Robey e Boudreau (1999) mencionam que as empresas operam num contexto social que exerce influência e regulação sobre elas e as empresas devem estar de acordo com as regras e sistemas deste ambiente.

Kingston e Caballero (2009) mencionam que o mundo que cerca as corporações é muito dinâmico, trazendo mudanças que requerem rápidas adaptações. Neste aspecto o grupo de empresas brasileiras, que adotaram antes de 2010, se mostraram preocupadas e procuraram seguir novos padrões.

A adoção de novos padrões, no caso do presente trabalho, os de contabilidade, podem ser vistos como um processo que recebe interferência, tanto pelo ambiente interno, quanto pelo ambiente externo. A teoria institucional procura trazer em seus conceitos as razões externas para as mudanças. No entanto, além de fatores externos podem também as mudanças serem impulsionadas por fatores internos, os quais são explicados por outras teorias e que podem ser objetos de novos estudos.

REFERÊNCIAS

ABHAYAWANSA, Subhasch. (2011). A methodology for investigating intellectual capital information in analyst reports. *Journal of Intellectual Capital*, 12(3), 446-476.

Arvidsson, Susanne. (2011). Disclosure of non-financial information in the annual report: A management-team perspective. *Journal of Intellectual Capital*, 12(2), 277-300.

Barth, Mary E., Landsman, Wayne R., & Lang, Mark H. (2008). International Accounting Standards and Accounting Quality. *Journal of Accounting Research*, 46(3), 467-498.

Beuren, Ilse Maria. (2006). *Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática* (3 ed.). São Paulo: Atlas.

Brüggen, Alexander, Vergauwen, Philip, & Dao, Mai. (2009). Determinants of intellectual capital disclosure: evidence from Australia. *Management Decision*, 47(2), 233-245.

Cuijpers, Rick, & Buijink, Willem. (2005). Voluntary adoption of non-local GAAP in the European Union: A study of determinants and consequences. *European Accounting Review*, 14(3), 487-524.

Daske, Holger, Hail, Luzi, Leuz, Christian, & Verdi, Rodrigo. (2013). Adopting a Label: Heterogeneity in the Economic Consequences Around IAS/IFRS Adoptions. *Journal of Accounting Research*, 51(3), 495-547.

Dillard, Jesse F., Rigsby, John T., & Goodman, Carrie. (2004). The making and remaking of organization context: Duality and the institutionalization process. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 17(4), 506-542.

DiMaggio, PJ, & Powell, WW. (1983). The iron cage revisited: Institutional isomorphism and collective rationality in organizational fields. *American Sociological Review*, 48(2), 147-160.

Dimitropoulos, Panagiotis E., Asteriou, Dimitrios, Kousenidis, Dimitrios, & Leventis, Stergios. (2013). The impact of IFRS on accounting quality: Evidence from Greece. *Advances in Accounting, incorporating Advances in International Accounting*, 29, 108-123.

Gao, Yongqiang. (2010). Mimetic isomorphism, market competition, perceived benefit and bribery of firms in transitional China. *Australian Journal of Management*, 35(2), 203-222.

Greenwood, R., & Meyer, R. (2008). Influencing ideas a Celebration of DiMaggio and Powell(1983). *Journal of Management Inquiry*, 17, 258-264.

Guerreiro, Marta Silva, Rodrigues, Lúcia Lima, & Craig, Russell. (2012). Voluntary adoption of International Financial Reporting Standards by large unlisted companies in Portugal – Institutional logics and strategic responses. *Accounting, Organizations and Society*, 37(7), 482-499.

Haller, Axel, Ernstberger, Jürgen, & Froschhammer, Matthias. (2009). Implications of the mandatory transition from national GAAP to IFRS — Empirical evidence from Germany. *Advances in Accounting*, 25(2), 226-236.

Healy, Paul M., & Palepu, Krishna G. (2001). Information Asymmetry, Corporate Disclosure and the Capital Markets: A Review of the Empirical Disclosure Literature. *SSRN Working Paper Series*.

Hellman, Niclas. (2011). Soft Adoption and Reporting Incentives: A Study of the Impact of IFRS on Financial Statements in Sweden. *Journal of International Accounting Research*, 10(1), 61-83.

Iatridis, George Emmanuel. (2012). Voluntary IFRS disclosures: evidence from the transition from UK GAAP to IFRSs. *Managerial Auditing Journal*, 27(6), 573-597.

Kang, Helen, & Gray, Sidney J. (2011). The Content of Voluntary Intangible Asset Disclosures: Evidence from Emerging Market Companies. *Journal of International Accounting Research*, 10(1), 109-125.

Kim, Jeong-Bon, Shi, Haina, & Zhou, Jing. (2013). International Financial Reporting Standards, institutional infrastructures, and implied cost of equity capital around the world. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 42(3), 469-507.

Kim, Jeong-Bon, Tsui, Judy S. L., & Yi, Cheong H. (2011). The voluntary adoption of International Financial Reporting Standards and loan contracting around the world. *Review of Accounting Studies*, 16(4), 779-811.

Kingston, Christopher, & Caballero, Gonzalo. (2009). Comparing theories of institutional change. *Journal of Institutional Economics*, 5(2), 151-180.

Lerro, Antonio, & Schiuma, Giovanni. (2013). Intellectual capital assessment practices: overview and managerial implications. *Journal of Intellectual Capital*, 14(3), 352-359.

Liao, P. C., Chan, Ann Ling-Ching, & Seng, Jia-Lang. (2013). Intellectual capital disclosure and accounting standards. *Industrial Management & Data Systems*, 113(8), 1189-1205.

Lock Lee, L., & Guthrie, James. (2010). Visualising and measuring intellectual capital in capital markets: a research method. *Journal of Intellectual Capital*, 11(1), 4-22.

Matonti, Gaetano, & Iuliano, Giuseppe. (2012). VOLUNTARY ADOPTION OF IFRS BY ITALIAN PRIVATE FIRMS: A STUDY OF THE DETERMINANTS. *Eurasian Business Review*, 2(2), 43-70.

Meyer, John W., & Rowan, Brian. (1977). Institutionalized organizations: formal structure as myth and ceremony. *American Journal of Sociology*, 83, 340-363.

Parmar, Bidhan L., Freeman, R. Edward, Harrison, Jeffrey S., Wicks, Andrew C., Purnell, Lauren, & de Colle, Simone. (2010). Stakeholder Theory: The State of the Art. *The Academy of Management Annals*, 4, 403.

Robey, D., & Boudreau, M.C. (1999). Accounting for contradictory organizational system: An institutional view. *Information Systems Research*, 10(2), 167-185.

Sabri, Boubaker, Lakhel, Faten, & Nekhili, Mehdi. (2012). The determinants of web-based corporate reporting in France. *Managerial Auditing Journal*, 27(2), 126-155.

Sahut, Jean-Michel, Boulerne, Sandrine, & Teulon, Frédéric. (2011). Do IFRS provide better information about intangibles in Europe? *Review of Accounting and Finance*, 10(3), 267-290.

Soderstrom, Naomi S., & Sun, Kevin Jialin. (2007). IFRS Adoption and Accounting Quality: A Review. *European Accounting Review*, 16(4), 675-702.

Swanson, E Burton, & Ramiller, Neil C. (1997). The organizing vision in information systems innovation. *Organization science*, 8(5), 458-474.

Watrin, Christoph, & Ullmann, Robert. (2012). Improving earnings quality: The effect of reporting incentives and accounting standards. *Advances in Accounting*, 28(1), 179-188.

Weerakkody, Vishanth, Dwivedi, Yogesh K., & Irani, Zahir. (2009). The diffusion and use of institutional theory: a cross-disciplinary longitudinal literature survey. *Journal of Information Technology*, 24(4), 354-368.

Yang, Monica, & Hyland, MaryAnne. (2012). Re-examining mimetic isomorphism: Similarity in mergers and acquisitions in the financial service industry. *Management Decision*, 50(6), 1076-1095.

Zéghal, Daniel, & Maaloul, Anis. (2010). Analysing value added as an indicator of intellectual capital and its consequences on company performance. *Journal of Intellectual Capital*, 11(1), 39-60.

Artigo recebido em: Outubro/2018

Aceito em: Fevereiro/2019